



Síntese de Legislação Nacional n.º 1666

Semana de 10 a 14 de fevereiro de 2020

Legislação

Geral Açores:

Orçamento Regional 2020

[Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2020/A](#)

14/02/2020

Execução do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2020 aprovado pelo [Decreto Legislativo Regional n.º 1/2020/A](#), de 8/01.

e

Tabelas de retenção 2020

[Despacho n.º 2083/2020](#)

13/02/2020

Aprova as tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes na Região Autónoma dos Açores para vigorarem durante o ano de 2020.

Geral: Retenções na fonte de IRS, IRC e imposto do selo

[Ofício-circulado n.º 90028/2020](#)

12/02/2020

Altera os procedimentos que os sujeitos passivos devem observar no que respeita ao pagamento de retenções na fonte de IRS, IRC e imposto do selo, revogando o Ofício-Circulado n.º 90024, de 18/01/2017.

Agricultura / Indústria agroalimentar: produção e comercialização de arroz

[Decreto-Lei n.º 3/2020](#)

11/02/2020

1ª alteração ao [Decreto-Lei n.º 157/2017](#), de 28/12, que define as características a que devem obedecer o arroz da espécie *Oryza sativa* L. e a trinca de arroz destinados ao consumidor final, fixa os respetivos tipos e classes comerciais e estabelece as normas técnicas relativas à comercialização, acondicionamento e rotulagem.

Passam a poder ser comercializados fora da classe comercial «Comum» os arrozes referidos como especialidades de arroz (Basmati, Jasmim, Risoto, Sushi ou integral) e os arrozes que tenham sido sujeitos a tratamentos tecnológicos.

Data de produção de efeitos: 12/02/2020



Setor Energético: Taxa do adicionamento sobre as emissões de CO2

[Portaria n.º 42/2020](#)

14/02/2020

Fixa a taxa do adicionamento sobre as emissões de CO2 previsto no artigo 92.º-A do CIEC e o valor do adicionamento resultante da aplicação dessa taxa aos fatores de adicionamento relativos a cada produto

Data de produção de efeitos: 15/02/2020

Sistema Elétrico Nacional:

Gestão de riscos e garantias no SEN

[Diretiva n.º 2-A/2020](#) ERSEn

14/02/2020

Aprova o regime de gestão de riscos e garantias no Sistema Elétrico Nacional (SEN) onde se define regulamentarmente a atividade de gestão de garantias, a gestão de riscos e de prestação de garantias no âmbito do Sistema Elétrico Nacional, bem como a atividade e procedimentos a observar pelo Gestor Integrado de Garantias.

Data de produção de efeitos: 15/02/2020

e

Centros eletroprodutores que utilizam resíduos urbanos - tarifa aplicável

[Portaria n.º 41/2020](#)

13/02/2020

Fixa a tarifa aplicável, no regime de remuneração garantida, aos centros eletroprodutores que utilizam resíduos urbanos como fonte de produção de eletricidade, previstos nas al^{as} b) e c) do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 35/2013, de 28/02, que altera o regime remuneratório aplicável aos centros eletroprodutores submetidos ao anexo II do Decreto-Lei n.º 189/88, de 27/05.

Data de produção de efeitos: 14/02/2020

e

Taxas de licenciamento de produção e comercialização de eletricidade

[Declaração de Retificação n.º 5/2020](#)

10/02/2020

Retifica a [Portaria n.º 15/2020](#), de 23/01, que fixa os valores das taxas devidas no âmbito dos procedimentos administrativos relativos às atividades de produção e comercialização de eletricidade.

Comércio Automóvel: BREXIT- Saída do Reino Unido da UE com Acordo e as implicações em sede de ISV.

[Ofício-Circulado n.º 35119/2020](#)

31/01/2020

A AT informa que a partir das 23h,00m do dia 31/01/2020, e até 31/12/2020 decorre um período transitório para saída do Reino Unido da UE, durante o qual em sede de Imposto sobre Veículos (ISV), manter-se-ão os procedimentos e formalidades relativamente aos veículos provenientes do Reino Unido, devendo consequentemente ser dado o tratamento idêntico ao previsto legalmente para os veículos provenientes dos restantes Estados membros da União Europeia.

É revogado o Ofício Circulado n.º 35.110, de 2019-09-19.



Imobiliário / Geral: IRS - Redução da taxa especial aplicável aos rendimentos prediais em função da duração dos contratos de arrendamento – artº 72.º C.IRS.

[Ofício-circulado n.º 20 217/2020](#)

05/02/2020

Na sequência das alterações introduzidas ao artº 72.º do C.IRS pela Lei n.º 3/2019, de 9/01, e Lei n.º 119/2019, de 18/09, no sentido de estabelecer uma redução da taxa especial de tributação dos rendimentos prediais, diferenciada em função da duração dos contratos de arrendamento, ou das suas renovações, a AT emitiu a seguinte orientação:

“Prevendo as normas dos n.ºs 2 e 3 do artº 72.º do C.IRS uma redução da taxa escalonada no tempo, por cada renovação do contrato “com igual duração”, limitada à taxa de 14%, entende-se que, independentemente da duração inicial do contrato, as suas renovações são consideradas isoladamente para efeitos de determinação da redução da taxa que será aplicável aos rendimentos obtidos no período de vigência dessas renovações. A expressão “com igual duração” não está associada à duração inicial do contrato, mas sim ao período de duração da renovação e ao “escalão” em que a mesma se enquadra, aplicando-se essa redução à taxa que vinha a ser aplicada ao contrato”.

Administração Pública - SIRP - Sistema de Informações da República Portuguesa: proteção social convergente

[Decreto-Lei n.º 5/2020](#)

14/02/2020

Aplica ao pessoal dos corpos especiais do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP) o regime de aposentação aplicável às forças e serviços de segurança previstas na Lei de Segurança Interna, procedendo às seguintes alterações:

- 4ª alteração ao [Decreto-Lei n.º 55/2006](#), de 15/03, que define as regras de execução da Lei n.º 60/2005, de 29/12, que estabeleceu mecanismos de convergência do regime de proteção social da função pública com o regime geral de segurança social no que respeita às condições de acesso e ao cálculo das pensões de aposentação,
- 1ª alteração ao no [Decreto-Lei n.º 4/2017](#), de 6/01, que veio rever o regime da aposentação para as forças e serviços de segurança previstas na Lei de Segurança Interna, onde tem assento o SIRP.

Data de produção de efeitos: 15/02/2020

Administração Pública - IPMA: tabela de preços

[Despacho n.º 2011/2020](#)

11/02/2020

Aprova a tabela de preços de produtos/bens e serviços relativos às análises laboratoriais, à consultoria técnico-científica e ao aluguer de infraestruturas (instalações e equipamento), do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P. (IPMA)

Data de produção de efeitos: 12/02/2020

Educação: graus académicos e diplomas de ensino superior estrangeiros

[Portaria n.º 43/2020](#)

14/02/2020

1ª alteração à [Portaria n.º 33/2019](#), de 25/01, que regula aspetos da tramitação procedimental do reconhecimento de graus académicos e diplomas atribuídos por instituições de ensino superior estrangeiras, republicando-a.

Data de produção de efeitos: 15/02/2020